

RESENHA

A relação intrínseca entre sagrado e poder The intrinsic connection between the sacred and power La relación intrínseca entre sagrado y poder

*Flavio Scarrone**

FILORAMO, Giovanni. **Il sacro e il potere: il caso cristiano**. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi, 2009. (Scienze religiose e antropologiche, 457). 224 p.

Introdução

Num contexto marcado pela globalização e pela crise do Estado laico de tradição ocidental, as religiões escapam da esfera privada à qual o regime de secularização pensava tê-las relegado. Nesta perspectiva de mudança situa-se o ensaio de Filoramo, visando analisar as relações que se estabelecem entre o sagrado e o poder. “O poder sempre tem a ver com o sagrado”, quer em termos de legitimação explícita, como ocorreu na época das monarquias, quer em termos de utilidade política, ancorada ao processo de secularização, em época moderna (p. xi).

A coexistência da esfera do sagrado e do poder é analisada a partir da reconstrução dos “momentos marcantes da história do cristianismo”, sem perder de vista a contribuição do método comparativo, à luz do qual é possível ver melhor a “complexidade dos problemas em jogo” (p. xiii).

Religião, política e sagrado são vistos como constituintes de um triângulo imaginário. Nesta leitura triangular proposta por Filoramo, o sagrado

* É mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) e doutorando em Ciências da Religião pela mesma Universidade, por meio de bolsa Capes/CNPq.

“constitui o fundamento infundado” das inter-relações que ocorrem na base do triângulo, possibilitando a existência e a ação do poder político (p. 9).

O texto em exame é composto por três partes: “As origens”, “Variações históricas e “A ruptura do moderno e os desafios atuais”. Na primeira parte, estruturada em três capítulos, analisa-se o regalismo sagrado do Egito e da Babilônia, comparando-o com a ideologia do regalismo do antigo Israel. Em seguida, discute-se o problema da definição de messianismo e da especificidade do messianismo cristão.

Na segunda parte, Filoramo focaliza o contexto político-religioso e jurídico no qual se encontram inseridas as antigas comunidades cristãs e, em seguida, examina a separação entre a via do Oriente e a do Ocidente das Igrejas cristãs.

Na terceira parte, o autor, evidenciadas as rupturas da modernidade, destaca a sacralização do Estado (absoluto) e da política, bem como alguns aspectos religioso-políticos das Igrejas protestantes. Segue uma análise comparada dos três monoteísmos, os quais teriam em comum a mesma exigência: “a realização terrena da vontade de salvação do único Deus, realização que não pode não implicar uma relação com a esfera da política” (p. 199-200).

Sacralidade do rei, cristianismo nascente e messianismo

No mundo antigo, o fenômeno da sacralização do rei ocupa um lugar central na constituição dos Estados e dos impérios. Limitando a análise comparativa a Egito, Babilônia e Israel, Filoramo mostra como a concepção de regalismo sagrado apresenta traços em comum e diferenças substanciais. No Egito faraônico, o rei era diretamente de origem divina; sendo o “único mediador, o faraó era também o único sacerdote, o sumo sacerdote de todos os deuses”, assumindo a função do *sacerdotium* e do *regnum*. Todavia, toda a realeza divina é adquirida no ato de subir ao trono de *Horus*, portanto é a função sagrada que sacraliza o rei (e não o contrário) (p. 23).

No mundo babilônico, a ideologia do regalismo sagrado apresenta traços semelhantes aos do mundo egípcio. Há, porém, uma significativa diferença: o rei é escolhido de forma misteriosa pela divindade, longe de qualquer aparente justificativa humana ou em conformidade com a descendência estabelecida por herança dinástica.

Esta ideia de transcendência do poder sagrado, vinculada a uma divindade suprema, encontra-se na base da ideologia do regalismo do antigo Israel. Com efeito, segundo a tradição deuteronomista (Dt 14–22), o critério de escolha do monarca decorre da eleição divina. Mas é a unção do rei, descrita no livro de Samuel (1 Sm 10.1), que revela a diferença substancial com o modelo de eleição conhecido no Egito e na Babilônia antigos.

A mediação do sacerdote-profeta (servidor de Javé e de sua Lei) é decisiva para a consagração do rei. Este fato introduz um deslocamento radical no interior do esquema triangular, pois o poder político do rei é subordinado ao poder sacerdotal e/ou profético. Este poder – leia-se, instituição religiosa mediadora –, torna-se detentor de “um poder de controle novo sobre o poder político” (p. 30).

Entrando na época histórica marcada pelo cristianismo, Filoramo analisa a perícope de Mc 12.13-17 (e paralelos), no qual se baseia a interpretação dualística do poder – separação entre poder espiritual e temporal – e que caracteriza a Igreja latina do Ocidente.

A interpretação da posição de Jesus sobre o pagamento do tributo a César não deveria reduzir-se a uma neutral separação das duas esferas, pois, segundo Filoramo, Jesus situa-se na perspectiva do iminente advento do reino de Deus, afirmando a primazia do senhorio de Deus sobre a autoridade secular. Nesta ótica teocrática, pagar o tributo responderia a um ato de simples reconhecimento da autoridade secular, sem nenhuma conotação idolátrica.

Outro aspecto marcante do cristianismo nascente é a “reinterpretação original da relação entre sagrado e poder” feita por Paulo (Epístola aos Romanos e aos Filipenses), quando se leva em conta o fato de, nas comunidades por ele fundadas, a identidade étnico-religiosa não ser mais o vínculo unificador, mas, sim, a fé em Cristo, no Salvador. A identidade das comunidades paulinas é completamente nova, assim como “novo” é o homem após o batismo (p. 38).

Contudo, a maior novidade das comunidades paulinas reside no fundamento de sua cidadania, descrita por Paulo em Fl 3.20: “A nossa cidadania, porém, está lá no céu...”. Trata-se de uma cidadania que não é deste mundo (temporal, como seu poder) e que, portanto, implica a existência de outro mundo, este, sim, de validade permanente.

No âmbito da história comparada das religiões, messianismo é uma categoria teológica, portanto uma história do messianismo cristão tem de levar em conta a centralidade de seu conteúdo teológico. O reconhecimento do título de Cristo, atribuído a Jesus (são mais de quinhentas recorrências no Novo Testamento), permite definir o cristianismo nascente “como o primeiro importante movimento messiânico judaico que consegue sobreviver à morte de seu messias; esta fé, inclusive, torna-se o elemento decisivo de ruptura que impulsiona o processo de construção de uma identidade diversa”.

A “espera” do messias salvador, bem como seu retorno para instaurar o reino, caracteriza o verdadeiro messianismo. A especificidade do messianismo cristão consistiria não somente no senhorio escatológico intramundano, decorrente da figura de Cristo como *kyrios*, mas, sobretudo, na “separação constitutiva e fundante entre espera e evento” (p. 64).

As tentativas feitas pela Igreja Católica – “uso político do tema da realeza de Cristo” – e pelas Igrejas Protestantes – “identificação entre reino e um poder mundano” – para antecipar essa espera rompem com aquela lógica constitutiva, por isso o fracasso a elas reservado revela a pretensão destas Igrejas em quererem encarnar o messias (p. 64).

A forma conquistadora “deste mundo”, com que o poder sagrado pretende antecipar a instauração do reino, nada tem que ver com a tensão escatológica própria das primeiras comunidades cristãs, as quais, fundadas na ética do “como se”, viviam neste mundo sem procurar conquistá-lo ou identificar-se com ele.

A sacralização do poder eclesiástico e político e o retorno da hierocracia

Na segunda parte da obra, Filoramo lembra que a religião romana foi pública, não por imposição das autoridades, mas pela força da própria tradição sobre os cidadãos romanos e, portanto, estendível aos que adquiriam essa cidadania. Não sendo imposta pelas autoridades estatais, não era tutelada e garantida pelo Estado: tratava-se de um politeísmo cívico, cuja prática abrangia todos os níveis da sociedade.

O processo de expansão do Império Romano foi acompanhado por um processo de integração de novos deuses e de novas comunidades religiosas, segundo uma dialética complexa de assimilação que durou até o século III, quando, com o avanço do poder imperial, a classe dirigente e a aristocracia urbana tradicionais em fuga tiraram a base de sustentação financeira das estruturas religiosas das cidades.

As perseguições sofridas pelas comunidades cristãs decorrem tanto do quadro jurídico de controle exercido pelo Império, quanto da percepção de que a difusão do cristianismo – “diferentemente do que ocorria com os outros grupos religiosos (os chamados cultos orientais)”, que naquela época estavam em fase de expansão – constituiria uma ameaça à estabilidade da “ordem político-religiosa” (p. 86).

A partir da metade do século III, o cristianismo torna-se uma realidade institucional cada vez mais poderosa, que compartilha seu destino com o império. A partir do século IV, com a separação entre Ocidente e Oriente cristãos, o processo de desenvolvimento histórico das duas Igrejas toma caminhos diferentes.

A via do Oriente bizantino foi marcada pela elaboração teológica realizada por Eusébio, o qual, a partir da soberania de Deus e do Cristo, delinea a soberania do imperador, transformando-o em imagem e imitador do *logos*. Trata-se da primeira teologia política cristã que sacraliza a figura do

imperador, atribuindo-lhe poderes de representação e mediação (o imperador detinha o poder de *regnum* e de *sacerdotium*).

No Ocidente, é o poder eclesiástico a ser sacralizado, sobretudo pela eclesiologia e cristologia do bispo de Milão, Ambrósio (339-397). A releitura que ele fez da passagem de Mt 22.17 sobre o tributo é vista por Filoramo, não segundo a forma “dualística” dos dois poderes, mas a partir de uma concepção hierocrática da Igreja Católica, segundo a qual o braço secular imperial é subordinado aos fins superiores da Igreja, identificados com os de Deus.

Na terceira parte da obra, o autor analisa o impacto da modernidade sobre a configuração do cristão da Idade Média. Além do processo reformador (Lutero, Zwinglio e Calvino) e das consequências que ele produz para a reformulação da concepção do poder espiritual e da autoridade secular, Filoramo aprofunda o processo de autonomização do político, no esforço de desvincular-se da esfera de legitimação decorrente do poder religioso ou eclesiástico. No entanto, “a relação com aquela fonte infundada do poder que é o sagrado não desaparece, mas muda somente de signo” (p. 145).

É, sobretudo, com a Revolução Francesa, depois da ruptura com o poder eclesiástico, que o poder político necessita de novos fundamentos sagrados, de legitimar-se em formas alternativas de religião civil. Para Filoramo, a Revolução Francesa desencadeia um processo “típico da moderna ‘diáspora do sagrado’, um processo osmótico que leva a reproduzir, de forma secular, toda uma série de figuras e funções” que, anteriormente geridas pelo poder eclesiástico, são agora reformuladas: “o escritor como ‘profeta’ da nova religião do progresso e da humanidade”, o “intelectual como novo ‘clérigo’, com a tarefa de instruir e guiar o povo em virtude de uma inspiração sagrada” (p. 148).

No interior do mais amplo processo de declínio das religiões institucionais em direção à esfera privada, haveria uma lógica “mimética” e “sincrética” subjacente que revelaria ainda a influência das religiões tradicionais como fornecedoras de mitos, crenças e ritos, que o poder político reelabora para sua legitimação sagrada (p. 149-151).

No centro deste processo de sacralização da política estão “o indivíduo e sua liberdade”, de um lado, e “a comunidade política e suas necessidades” do outro. A primeira forma (a sacralização do indivíduo) remontaria ao esforço teórico de Schleiermacher (*Discursos sobre a religião* – 1799) para conciliar o pensamento protestante com as exigências da sociedade liberal; a segunda forma de sacralização da política recorre à concepção de sagrado presente no pensamento de Durkheim. Alinhada com a tradição organicista católica francesa do século XIX, essa releitura do sagrado procura limitar o desenfreado individualismo moderno, recuperando a dimensão comunitária como vinculação social (p. 153).

Enfim, cabe lembrar, resumidamente, o tema do retorno da hierocracia. Apesar do reconhecimento da liberdade política, afirmada na constituição *Gaudium et spes* do Concílio Vaticano II, bem como da defesa da liberdade de consciência, o Magistério, dotado daquela prerrogativa do papa conhecida pelo nome de “infalibilidade”, tende a se identificar cada vez mais com a “Verdade”, da qual, contudo, “deveria ser humilde servidor”. Portanto, na retomada da doutrina da *potestas indirecta*, pode ser resumida “a posição da Igreja Católica na Idade Moderna, em relação ao poder político do Estado moderno” (p. 172-173).

Nesta perspectiva de retorno hierático, precisa-se incluir a teoria do corpo místico de Cristo, pois a “visibilidade” do corpo do Cristo encarnado repercute na “visibilidade” sagrada de sua Igreja, encarnada em seu chefe, o pontífice. Para Filoramo, os papados de João Paulo II e de Bento XVI configuram-se, em termos sociológicos, como uma monarquia, a qual, no caso do papa polonês, assumiu uma forma absolutista.

Algumas observações de caráter comparativo entre os três monoteísmos reforçam a proposta interpretativa “triangular” de Filoramo. A inevitável e complexa relação entre religião e política, tendo no sagrado sua “fonte infundada”, induz o pesquisador das ciências da religião a abandonar a tradicional e redutiva interpretação dualista para procurar estabelecer quem (ou o que) faz uso direto ou mediado do poder do sagrado.

Nossa consideração final aponta para o desafio da construção de um Estado e de uma democracia que não pressuponham, inevitavelmente, para sua realização, a legitimação do sagrado. Isso exige que a busca de legitimação implique uma mais ampla e substantiva participação popular, cuja incidência no cenário institucional não dependa da garantia externa de um poder “sagrado”, mas de critérios ético-políticos voltados para a humanização dos seres humanos.